

Ministra recebe propostas para barrar desmatamento na Amazônia

Documento foi elaborado pelo Museu Emílio Goeldi e a ONG Conservation International do Brasil

EVANILDO DA SILVEIRA

Proibir o desmatamento por quatro anos, enquanto se cria um sistema efetivo de controle e fiscalização dessa atividade baseado em uma combinação de tecnologias espaciais e fiscalização de campo. Essa é a principal proposta de um documento com medidas para diminuir o desflorestamento da Amazônia, elaborado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e pela organização não-governamental Conservation International do Brasil.

O documento foi entregue ontem à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pelo diretor do MPEG, Peter Toledo, em reunião técnica, na qual o problema foi discutido.

As propostas surgiram após divulgação pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), na semana passada, de dados que mostram que a taxa de desmatamento da Amazônia

Legal entre 2001-2002 foi 40% maior do que a registrada no período 2000-2001.

Para José Maria Cardoso, vice-presidente e diretor para a Amazônia da Conservation International, os dados indicam que as políticas públicas voltadas para garantir a ocupação sustentável da região são, no mínimo, ineficientes e desprovidas de fundamentação técnico-científica adequadas. "Por isso, elaboramos o documento Transformando o Arco do Desenvolvimento Sustentável: uma Proposta de Ações Emergenciais."

De acordo com ele, as ações de emergência abrangem iniciativas baseadas em cinco eixos: controle e fiscalização do des-

matamento, unidades de conservação e terras indígenas, ciência e tecnologia, consolidação de assentamentos rurais e recuperação de áreas degradadas. Além da proibição do desmatamento por quatro anos e da elaboração de um sistema para fiscalizá-lo posteriormente, as sugestões incluem a implementação efetiva, dentro de três anos, das 19 unidades de conservação já criadas por lei, mas ainda não instaladas ao longo do Arco, e a criação e instalação, no prazo de quatro anos, de pelo menos outras 15, além de corredores ecológicos conectando todas as áreas protegidas da região.

Barreiras – Para o coordenador do departamento Ciências da Terra e Ecologia do museu, Leandro Valle Ferreira, os sistemas mistos de unidades de conservação e terras indígenas podem funcionar como barreiras aos desmatamentos, sobretudo

se implementados de forma concertada com as principais rodovias, que são os grandes vetores da degradação ambiental na região.

Ele demonstra, por exemplo, que a chamada

**TERRAS
INDÍGENAS
IMPEDEM
DEVASTAÇÃO**

Terra do Meio, no Pará, até agora escapou à devastação por se encontrar cercada de terras indígenas – dos caiapós ao Sul, dos araras e cararás, amortecendo os desmatamentos relacionados à Transamazônica (BR-230) – e pela Floresta Nacional de Altamira, contendo a expansão no sentido leste-oeste, proveniente da Cuiabá-Santarém (BR-163). Isso apesar de toda a disputa e até conflitos armados que envolvem essa porção de floresta, rica em mogno. "Há planos de abrir uma rodovia ligando São Félix do Xingu à BR-163", alerta Ferreira. "Se a rodovia for construída sem um sistema de proteção eficaz, a Terra do Meio será devastada". (Colaborou Liana John)